



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO SETOR E SÍTIO ARQUEOLÓGICO VALE DOS SONHOS EM GOIÂNIA: PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE¹

Juliana Betarello Ramalho²

Abstract: In Brazil, when the archaeological site of Vale dos Sonhos was discovered in Goiânia-Goiás in 2005, projects began with the aim of familiarizing the local people of their heritage. In the same year, after the site recovery was terminated, the legacy education was over and the laboratory results were never published to the local people. Meanwhile, in the same year, a new state school was open, never having archeological knowledge about their heritage. In this paper, the concept of the archaeological site of Vale dos Sonhos is one of a valuable archeological legacy put in a dark cabinet instead of being turned into a part of the memory and identity of the local people who inhabited the place.

Keywords: cultural heritage, public archaeology, archaeological education, archeological site of Vale dos Sonhos, continuity.

Resumo: Este texto propõe refletir sobre a descoberta do sítio arqueológico no setor Vale dos Sonhos em Goiânia e mostrar que a partir deste começaram os trabalhos de Educação Patrimonial, a fim de instruir a população local. O trabalho de Educação Patrimonial parou em 2005, data final da etapa de resgate do sítio, porém, além dos resultados de laboratório nunca terem sido divulgados aos moradores, também a principal escola municipal da região inaugurada em 2005 nunca recebeu notícia do patrimônio arqueológico que os rodeiam. Neste trabalho a percepção que se tem é de um patrimônio arqueológico encaixotado às escuras, sendo que este poderia ser parte da memória coletiva e identidade dos moradores.

Palavras-chave: patrimônio cultural; arqueologia pública; educação patrimonial; sítio arqueológico Vale dos Sonhos; continuidade.

¹ Artigo realizado para conclusão das Disciplinas Estágio Supervisionado I, II, III e IV na graduação em História – UCG, sob a orientação da Prof^a Ms. Maria Madalena Queiroz.

² Aluna Especial do Mestrado em Antropologia – UFG, Graduação em História – UCG. Pesquisadora em Arqueologia no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia.



Ao iniciar este artigo algumas indagações entremearam a pesquisa. Qual o sentido de escavar durante muito tempo um sítio arqueológico e ainda analisar o material por longos anos em laboratório? A sociedade espera um retorno imediato das descobertas arqueológicas para o seu cotidiano? Para iniciar a presente proposta, apresentaremos: O que é Patrimônio Cultural? O que é Educação Patrimonial?

Entendemos patrimônio cultural a constituição de bens culturais em sentido amplo, pois está relacionado à produção humana e no reconhecimento ao mundo que nos permeiam em termos emocional, intelectual e material, bem como as coisas existentes na natureza. (ATAÍDES; MACHADO; SOUZA, 1997, p. 11-15)

A ideia de patrimônio cultural, como nos é possível relatar, já foi modificada tanto em termos de função, quanto de valores e referenciais ao longo do século XIX. Em decorrência dos processos de consolidação dos Estados-Nações modernos, a noção de preservação do patrimônio serviu como legitimação ideológica na construção da identidade nacional. (COSTA, 2004, p. 334).

No Brasil, no mesmo contexto de afirmação, as políticas oficiais de patrimônio cultural destacam-se em dois períodos. O primeiro está relacionado à criação da Secretaria do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), legitimado pelo Decreto-lei nº 25 de 1937, que foi caracterizado pela implantação de restauração e conservação de patrimônios edificados e de arquivos. As principais idéias dessa política de preservação do patrimônio cultural foram inicialmente pensadas na Semana de Arte Moderna em 1922, quando os modernistas e principalmente modernistas arquitetos, estavam à frente da fundação do SPHAN. (PINHEIRO, 2006, p. 37-40)

O segundo período está ligado à pessoa de Aloísio Magalhães na década de 1970, que ampliou as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, no sentido de reconhecer não só o patrimônio edificado, mas a outras representações da nação brasileira tal como costumes, festas e celebrações. Era introduzido o conceito de bem cultural e diversidade cultural. Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 7) consideram que,

Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural. Esse conceito nos permite ter visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas mais importantes do que outras. (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999, P. 7)

Por isso, foi tão importante ampliar o conceito de cultura, para aceitar o outro numa perspectiva de diferenças culturais em termos de *identidade e memória coletiva*, que ainda podem ser respeitadas mutuamente.

A criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na década de 1970 surgiu com título de patrimônio cultural brasileiro de preservação e manutenção, na tentativa de suprir as necessidades impostas de como e para quem preservar o patrimônio cultural em sentido amplo.

Dentre os bens culturais, nos interessamos especificamente aqui pelo patrimônio arqueológico. Com relação a esse bem, segundo Mello (2003), observamos nas décadas de 1960 e 1970 o aumento da destruição dos patrimônios arqueológicos, em decorrência dos projetos desenvolvimentistas, e aqui podemos citar a agricultura mecanizada, a exploração de minério em cavernas, a exploração de sambaquis, dentre outros (MELLO, 2003). Por esses motivos, foi possível perceber que grandes impactos ambientais podem atingir o patrimônio arqueológico de forma avassaladora, forma não pensada antes da década de 1960. A Gestão de Recursos Culturais foi empregada no Brasil com a assinatura da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama nº 001/86), em 23/06/1986, foram definidas as



responsabilidades e as diretrizes básicas para a Avaliação do Impacto Ambiental que os especialistas deveriam empregar. (MELLO, 2003)

Os sítios arqueológicos no Brasil estão em sua maioria próximos as áreas ocupadas por populações humanas. Esses indivíduos, em alguns casos, podem ser integrados a preservação ambiental e patrimonial, gerando empregos em atividades turísticas e ou ainda ajudando a construir uma identidade cultural. (PIOLLI; DIAS, 2003). Sabemos que em outros casos a presença de sítios arqueológicos pode dificultar construções importantes para o local e ou deslocar grupos para outras áreas.

Portanto, para que o reconhecimento dos vestígios materiais tenha valores, tais como construção de identidade coletiva e de memória, faz-se necessário envolver as comunidades locais na preservação cultural dos sítios arqueológicos. Nesse sentido, observamos uma mudança estabelecida pelo IPHAN com a Portaria nº 230, de 2002, que determina a necessidade de elaborar um Programa de Educação Patrimonial em conjunto com as pesquisas arqueológicas. Assim, o arqueólogo, além da responsabilidade de produção científica, também deverá começar a envolver a comunidade na gestão do patrimônio. (PIOLLI; DIAS, 2003)

Como vimos, a proteção desse patrimônio deve ser articulado com a sociedade. Segundo o “Guia Básico de Educação Patrimonial” vem se pensando no sentido de que,

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999, p. 6)

Caberá nessas reflexões pensar os trabalhos de Educação Patrimonial realizados no setor e sítio arqueológico Vale dos Sonhos em Goiânia, nos questionando sobre os modelos pensados para essa continuidade. Afinal, assim como Horta, Grunberg e Monteiro (1999) consideram as comunidades que se apropriarem do patrimônio a partir de um conhecimento crítico, poderão fortalecer os sentimentos de identidade e memória e se tornarem fatores para colaborar no processo de “preservação sustentável”.

VALE DOS SONHOS: LUTA POR ESPAÇO URBANO

O conjunto residencial Vale dos Sonhos, está assentado sobre o sítio arqueológico com a mesma denominação localiza-se no Município de Goiânia³ e ocupa cerca de 120 hectares (1,2 km²) com mais de 2.000 lotes, além das áreas públicas como escola e praças.

A implantação do setor em 1988 iniciou por um grupo de “invasores” na cooperativa habitacional denominada Sociedade Habitacional Cooperativa, da qual receberam grande influência do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) da década de 1980. O assentamento era irregular e as famílias que compunham o grupo eram de baixa renda socioeconômica. Segundo Freitas (2004, p. 10), em “Vale dos Sonhos: Movimentos Sociais Urbanos e Disputa pelo Espaço em Goiânia”, uma grande parte da população brasileira tem dificuldades para sobreviver nas grandes metrópoles em decorrência das grandes

³ Residencial Vale dos Sonhos: está localizado às margens da BR- 153, no Km 8 – Região Norte de Goiânia/GO, saída para Anápolis/GO.



desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira. Um dos problemas que podemos apontar é a ampliação das periferias a partir de ocupações ilegais, sujeitando indivíduos a sobreviver em condições mínimas de infra-estrutura. (FREITAS, 2004, p. 10).

O Vale dos Sonhos apresenta-se como movimento social urbano, que como sabemos, apesar de Goiânia ser uma cidade “planejada”, não escapou de apoiar o capital imobiliário na organização da capital. Essa desigualdade gerada pelo capital imobiliário vai resultar em movimentos de contestação, no caso do Vale dos Sonhos a SHC buscava ocupar o solo urbano a partir de alternativas pautadas em uma política associativista. (FREITAS, 2004, p. 10).

Em consonância com Freitas (2004), a SHC obteve a área do residencial e após divididos em lotes, estes foram vendidos por R\$ 500, 00 (quinhentos reais). A princípio, o lugar não fazia parte do planejamento de expansão urbana de Goiânia, por isso a ocupação é configurada pela irregularidade.

A disputa pelo território urbano de Goiânia levou o movimento social do Vale dos Sonhos a realizar ações como seqüestro de ônibus urbanos, passeatas, dentre outras manifestações, até conseguir a regularização em abril de 2002 pela Secretaria Municipal de Planejamento com o relatório da Assessoria Técnica de Regularização Urbana, que, ao descrever sobre o licenciamento ambiental constatou os indícios arqueológicos que, por coincidência, só vieram saber através da imprensa. (PINHEIRO, 2006, p. 81).

SÍTIO ARQUEOLÓGICO VALE DOS SONHOS

Conforme Viana, Mello e Barbosa (2004), em maio de 2001 moradores do Vale dos Sonhos enquanto cavavam um poço artesiano, encontraram uma urna pré-colonial⁴, contendo em seu interior restos de esqueletos. Acionaram a polícia militar, que após destruir parte do material sem saber do que se tratava, acionou um órgão que pudesse devidamente se responsabilizar, o IPHAN.

O IPHAN ao se deparar com consideráveis indícios arqueológicos embargou uma parte da área dos lotes⁵, até que os trabalhos de arqueologia fossem concluídos. (VIANA; MELLO; BARBOSA, 2004, p. 53).

A pesquisa arqueológica e conseqüentemente o patrimônio arqueológico, adquiriram conotação negativa pelos moradores do Vale dos Sonhos, afinal um movimento em luta por espaço urbano por pelo menos 14 (quatorze) anos via naquela arqueologia que tanto se falava a forma de impedi-los novamente de terem suas moradias. Observamos também que, o fato foi largamente noticiado pela imprensa, mostrando o caráter negativo do desvendamento do sítio arqueológico Vale dos Sonhos.

Nesse conflituoso contexto era estabelecida uma parceria entre a Universidade Católica de Goiás (UCG), a Secretária de Cultura do Município de Goiânia, a Sociedade Habitacional Cooperativa (SHC) e a 14^a regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para realizar o “Projeto de Resgate do Sítio Vale dos Sonhos,

⁴ A arqueologia é inserida nas universidades, herdando dos legados estrangeiros, seguindo o modelo francês, como estudo do passado antes da escrita, a “pré-história”, ficando caracterizada como sub-disciplina da História, sendo jamais uma ciência social ou vista como Antropologia, demonstrando o grande paradoxo, afinal o principal estudo do país dedica-se ao passado das sociedades indígenas. (BARRETO, 1999, p. 208), portanto preferimos utilizar o termo “pré-colonial”.

⁵ Além do embargo da área podemos mencionar que estava incluindo a não realização da construção de casas e a instalação do saneamento básico. (PINHEIRO, 2006, p. 81)



Goiânia, GO” de novembro de 2001 (VIANA; MELLO; BARBOSA, 2001), elaborado por arqueólogas e arqueólogos do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da UCG, com dois objetivos principais: a partir de escavações arqueológicas, interpretá-los para entender a ocupação pré-colonial (organização espacial e dinâmica cultural), e ainda a partir do desenvolvimento de trabalhos de Educação Patrimonial tentar reverter o sentimento negativo adquirido pelos moradores do patrimônio arqueológico ali existente. O interesse em promover uma Educação Patrimonial no Vale dos Sonhos ocorreu em consonância aos trabalhos de resgate do material arqueológico.

De acordo com Viana, Mello e Barbosa (2004), o sítio arqueológico Vale dos Sonhos ocupa uma área de cerca de 320.000 m². Vale ressaltar que foram vistoriados 403 lotes e realizadas aberturas de sondagens em 275 unidades. Foram recolhidos 7. 213 fragmentos cerâmicos e um conjunto de 29 líticos.

A urna pré-colonial contém 74 cm de altura, 49 cm de bojo e 48 cm de diâmetro, borda reforçada externamente com espessura de 15 mm. A borda da parede é de 13 mm com alisamento em ambas as faces. No interior da urna havia um conjunto de ossos que estavam bastante fragmentados, cuja coleta foi realizada pelos moradores. O conjunto de ossos, apesar de não apresentar elementos diagnósticos, levou a hipótese de que os ossos do sexo feminino não apresentam robustez, e seguindo a análise do desgaste dos dentes, supõe-se que seria um indivíduo com idade entre 35 e 55 anos.

A hipótese de ocupação pré-colonial no sítio Vale dos Sonhos, conforme Viana, Mello e Barbosa (2004), está caracterizada por uma aldeia de grupos agricultores-ceramistas, pertencentes à tradição tecnológica Aratu do Planalto Central (CALDERÓN, 1969 apud VIANA; MELLO; BARBOSA, 2004). As datações indicam uma ocupação há pelo menos 1.200 AP.

A tradição cerâmica Aratu estende-se desde o litoral dos estados de Pernambuco, Bahia e Espírito Santo até o interflúvio dos rios Araguaia e Tocantins chegando ao sul até o rio Paranaíba. Schmitz, Wüst, Copé e Thies (1982), consideram que a tradição cerâmica Aratu seja reconhecida por apresentar grandes aldeias circulares, semicirculares ou ovais. A alimentação estava baseada na agricultura de milho, feijão e tubérculos. Os vasilhames produzidos são geralmente simples associados à utilização doméstica e ao enterramento.

Quanto aos enterramentos, ocorriam sepultamentos primários diretamente nos solos ou com a utilização de urnas funerárias contendo em seu interior além dos ossos, acompanhamentos tais como instrumentos líticos, dentre outros. (SCHMITZ et al., 1982; apud VIANA; MELLO; BARBOSA, 2004)

Após percorrer brevemente pela hipótese pré-colonial do Vale dos Sonhos, nos questionamos, além da pesquisa acadêmica, para que e quem preservar e descobrir aspectos de populações tão diferentes dos padrões sociais capitalistas?

Ao passo da reconstrução dos cacos tão fragmentados da cultura que ali existiram, podemos associar e juntar os fragmentos de cultura passado pré-colonial e histórico, reconstruindo e revalorizando, possivelmente, memória e identidade dos grupos sociais.

SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL REALIZADA...

Conforme Viana, Mello e Barbosa (2004), o sítio arqueológico Vale dos Sonhos, situado em área urbana de Goiânia, exerce um motivo extremamente útil para instruir a população sobre o passado pré-colonial que os rodeiam, além do fato de esse passado pré-colonial poder constituir memória e identidade em conjunto, com a valorização dos saberes e fazeres diversos dos moradores. Ou seja, o patrimônio arqueológico só terá sentido se for



articulado à revalorização dos próprios costumes atuais, que muitas vezes não são reconhecidos. Para esses autores, “(...) a comunidade que não conhece a si mesma dificilmente poderá comunicar a importância de um patrimônio cultural” (MURTA; ALBANO; 2002 apud VIANA; MELLO; BARBOSA, 2004, p. 62).

Os trabalhos de Educação Patrimonial no Vale dos Sonhos ocorreram em duas direções: uma de educação formal, nas escolas que os moradores frequentavam, e outra, na comunidade.(VIANA; MELLO; BARBOSA, 2004, p. 63-65)

Viana, Mello e Barbosa (2004), constataram cinco escolas frequentadas pelos moradores, embora a maioria das escolas não estava próxima ao setor Vale dos Sonhos, sendo que a única dentro do setor é particular e ligada a igrejas evangélicas.

Foram realizadas atividades nas escolas tais como, oficinas, palestras e exposições visando alcançar o público infanto-juvenil e os professores. Os objetivos eram: inserir a importância do patrimônio cultural, bem como esclarecendo questões relativas ao bem arqueológico, a relevância do trabalho arqueológico e preservação. (VIANA; MELLO; BARBOSA, 2004; PINHEIRO, 2006)

Na comunidade foram realizadas palestras, exposições e distribuição de panfletos, em locais bastante propícios de unidade, o Centro Comunitário e a sede da Associação dos Moradores⁶. E ainda objetivando estabelecer contato entre o patrimônio arqueológico a ser valorizado e os costumes atuais, foram intermediados nos momentos de encontro atividades como peças teatrais, apresentação de danças e músicas populares. Os objetivos eram:

- conscientizar a comunidade em geral do trabalho desenvolvido pelos arqueólogos;
- fornecer esclarecimentos sobre o material encontrado no sítio;
- informar sobre a gestão do Patrimônio, ressaltando que a comunidade também é responsável pelo mesmo;
- capacitar os moradores à leitura e compreensão dos acontecimentos, situando-os em um mundo maior, que é o universo da cultura e da sociedade da qual fazem parte. (VIANA; MELLO; BARBOSA, 2002 apud PINHEIRO, 2006, p. 82).

Outra frente de Educação Patrimonial envolveu esclarecimentos junto aos moradores e entrevistas. Foram visitados 27 lotes que estariam dentro da área embargada. As entrevistas foram elaboradas a partir do seguinte roteiro:

1. Identificação do órgão realizador da pesquisa (IGPA/UCG);
2. Nome da pessoa entrevistada;
3. Nome do proprietário da casa;
4. Endereço;
5. Indagação sobre o grau de conhecimento dos moradores diante dos achados arqueológicos;
6. Indagação se o trabalho que estava sendo desenvolvido pelo IGPA/UCG tinha, de alguma forma, interferido na construção da casa dos moradores. (VIANA; MELLO; BARBOSA, 2002 apud PINHEIRO, 2006, p. 83)

⁶ Mais um vez é importante ressaltar a constituição de movimento de luta por espaço urbano que se inclui a comunidade do Vale dos Sonhos, podemos nos questionar quantos setores em Goiânia formaram associações de moradores?



Por fim, foram realizadas visitas ao IGPA dos trabalhadores que participaram do trabalho de resgate do sítio arqueológico, ressaltando estes são moradores do setor Vale dos Sonhos contratados pela prefeitura municipal de Goiânia.

Segundo o “Relatório Parcial do Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos Sonhos, Goiânia, GO” (VIANA; MELLO; BARBOSA, 2002; apud PINHEIRO, 2006, p. 83), os trabalhos de Educação Patrimonial, no período de junho a setembro de 2001, obtiveram os seguintes resultados:

- despertado maior compreensão da população local para o processo do trabalho desenvolvido pelos arqueólogos;
- despertado o fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva, reforçando a auto-estima de seus moradores;
- despertado maior conscientização dos moradores quanto à responsabilidade dos mesmos, para com a preservação do patrimônio cultural ali encontrado. (VIANA; MELLO; BARBOSA, 2002 apud PINHEIRO, 2006, p. 83-84).

Com relação à continuidade dos trabalhos de Educação Patrimonial, podemos observar ainda no relatório, citado acima, que se prosseguiria a distribuição de cartilhas, intensificação das entrevistas e realização de palestras (VIANA; MELLO; BARBOSA, 2002; apud PINHEIRO, 2006, p. 84). Já em 2003, a partir da elaboração de um artigo⁷ sobre a educação patrimonial realizada no Vale dos Sonhos, os pesquisadores levantaram a possibilidade de desenvolver um programa de “turismo cultural com a implantação de um museu aberto” (VIANA; MELLO; BARBOSA, 2004, p. 68).

Porém, o projeto de continuidade do museu, conforme Viana, Mello e Barbosa (2004), não pode ainda ser realizado porque:

Para produzir os estudos de viabilidade e de implantação de atividades turísticas no Residencial Vale dos Sonhos, O IGPA/UCG está estudando parcerias com o Departamento de Administração em Turismo da UCG e com a Agência Goiana de Turismo (AGETUR) do Estado de Goiás. (VIANA; MELLO; BARBOSA, 2004, p. 69).

Podemos citar uma outra tentativa de continuidade, a partir da dissertação de mestrado da pesquisadora Pinheiro (2006) em “Entre as coisas, as pessoas e as memórias: uma análise da Educação Patrimonial e da compreensão do bem arqueológico no Vale dos Sonhos em Goiânia/GO”. Seu objetivo foi realizar entrevistas com os moradores que tiveram seus lotes embargados, e entender se houve valorização do bem arqueológico pela comunidade. Utilizou como metodologia a perspectiva de uma pesquisa qualitativa e análise do discurso.

De acordo com Pinheiro (2006), o grande desafio dos posteriores trabalhos de Educação Patrimonial no Vale dos Sonhos, será equilibrar a valorização que os moradores demonstraram sobre o patrimônio arqueológico e, aplicando, nesse sentido, medidas que favoreçam a preservação dos bens no local pelos moradores. (PINHEIRO, 2006, p. 206-208).

⁷ BARBOSA, M. O.; MELLO, P. J. C.; VIANA, S. A. Sítio Arqueológico Vale dos Sonhos: Educação Patrimonial em contexto urbano. *Habitus*, Goiânia: UCG, v. 2, n. 1, pp. 51-72, jan/jun 2004.



PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE: SAIR DA ESCURIDÃO, MANTER A PRESERVAÇÃO.

Os principais objetivos desse artigo são apontar problemas da não continuidade dos trabalhos de Educação Patrimonial, e de acordo com o “Projeto de Arqueologia Pública na Escola Municipal Vale dos Sonhos: Prazer em conhecer, compromisso de preservar”⁸ (BORGES; DANTAS; LEMOS; 2007), forjarmos⁹ na proposta e sugerir esse projeto numa perspectiva de continuidade dos trabalhos de Educação Patrimonial no Vale dos Sonhos.

Como é possível relatar, até o momento não foram divulgados para a população e para a academia os resultados de laboratório, bem como os resultados do relatório final do projeto de resgate do sítio Vale dos Sonhos. A última divulgação dos pesquisadores envolvidos no projeto foi o artigo sobre os resultados, que continha uma proposta de continuidade ligada a um museu aberto, já mencionado.

Percebemos nesse sentido, que a hipótese de ocupação pré-colonial do sítio arqueológico Vale dos Sonhos poderá ser ampliada a partir dos resultados não divulgados, e ainda a comunidade poderá receber mais informações sobre o patrimônio arqueológico que os permeiam.

Outra questão seria o envolvimento da Escola Municipal Vale dos Sonhos. De acordo com Borges, Dantas e Lemos (2007), a escola municipal de ensino fundamental foi inaugurada em dezembro de 2004, iniciando suas atividades em 2005. Conta com um quadro de 52 professores e 27 servidores públicos, possuindo 843 alunos. A estrutura física conta com: dez salas de aula, biblioteca, laboratório de ciências e informática, quadra Poliesportiva e pátio coberto. Funciona nos períodos matutino, vespertino e noturno; e durante os finais de semana é aberta à comunidade que utiliza as quadras e o espaço do pátio. (BORGES; DANTAS; LEMOS; 2007)

Cabe a nós ressaltar nesse momento, que a Escola Municipal Vale dos Sonhos em nenhum momento recebeu informações e instruções sobre o patrimônio arqueológico que possivelmente está abaixo de seus pés.

Aqui cabe uma indagação: para que e quem manter os artefatos encontrados? Na escuridão dos arquivos? Ou expostos e valorizados pela comunidade?

Se os artefatos podem compor exposições, valorizando a comunidade em termos de memória e identidade, esses podem ser preservados *a posteriori* por seus principais guardiões, os moradores do setor Vale dos Sonhos.

Um possível caminho proposto por esse artigo é a implantação do Projeto de Arqueologia Pública (BORGES; DANTAS e LEMOS, 2007) que pretende ser desenvolvida em meio à educação formal, da Escola Municipal Vale dos Sonhos. O projeto pretende recomençar a Educação Patrimonial oferecendo cursos de curta duração sobre os bens culturais – para os professores; criar oficinas junto com os professores - para os alunos; por fim, criar um centro cultural seguindo a remontagem de um sítio arqueológico, contando a ocupação pré-colonial do Vale dos Sonhos – uma parceria entre arqueólogos, escola e comunidade.

Portanto, a implantação de um programa educacional na Escola Municipal Vale dos Sonhos está pautada na arqueologia pública, compreendido como um “turismo escolar”.

⁸Principal proposta do projeto: “(...) a retomada dos trabalhos já realizados, e a implantação de novas propostas que sejam realizadas em parceria com a escola, pois hoje existe no local uma escola municipal que tem uma grande força dentro da comunidade, sendo ela atualmente o principal vetor das relações sociais no bairro”.(BORGES; DANTAS; LEMOS, 2007)

⁹ Não no sentido de falsificação, mas de composição, nós em conjunto a Borges, Dantas e Lemos (2007).



Com relação aos potenciais turísticos do Vale dos Sonhos, nos faz necessário entender que,

O turismo cultural é uma modalidade de turismo que se concentra no patrimônio cultural de um país e de seu povo, retratando em seus monumentos e sítios históricos, sua arquitetura tradicional, seus artefatos, eventos, realizações culturais e artísticas. (...) o patrimônio cultural contribui para a formação de destinos turísticos com identidade própria, dotando-os de um caráter diferenciador, em conformidade com os objetivos de singularidade e autenticidade buscados pela demanda. (OMT, 2003; GOMEZ, 2005 apud VELOSO; CAVALCANTI, 2007, p. 156).

Porém, no caso do Vale dos Sonhos o turismo patrimonial pretendido não se encaixa como um atrativo turístico de grande demanda. Como mencionado anteriormente, a comunidade se constitui através de um movimento de luta por espaço urbano. Nesse sentido, acreditamos que a forte característica político-ideológica da comunidade e a conotação negativa adquirida no início, sobre o patrimônio arqueológico nos levam a acreditar que para se realizar turismo na região, o público deverá estar restrito a alunos e educadores de outras escolas. Com base no projeto de arqueologia pública (BORGES; DANTAS e LEMOS, 2007), seguindo a ótica “turismo escolar” se constituirá, possivelmente, uma “preservação sustentável” (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999, p. 6) no Vale dos Sonhos.

Acreditamos que a comunidade estaria imersa num processo de construção do conhecimento crítico e podendo apropriar-se de forma consciente do seu patrimônio, fortalecendo e constituindo memória e identidade.

Os arqueólogos, a escola e a comunidade remontariam espaços artificiais dentro da escola, para contar sobre os habitantes da Pré-história, com essa parceria além da conscientização e aprendizagem, se teria uma manutenção permanente, por estas pessoas serem as guardiãs do patrimônio arqueológico. (BORGES; DANTAS; LEMOS, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de serem conclusivas as questões aqui levantadas, pretendemos instigar discussões que posteriormente possam resultar na continuidade dos trabalhos de Educação Patrimonial no Vale dos Sonhos.

Para que haja continuidade, não dependerá apenas desse artigo ser divulgado, por exemplo, a idéia é discutir o tema, pensando principalmente na possibilidade da troca de ideias com órgãos municipais e estaduais, bem como as universidades, a fim de conseguir apoios e colaboradores.

As considerações quanto aos benefícios e vantagens que a comunidade do Vale do Sonhos receberá com a implantação do Projeto de arqueologia pública (BORGES; DANTAS e LEMOS, 2007), giram em torno, de através da Escola Municipal Vale dos Sonhos, atingir um amplo grupo da comunidade, de forma a inclui-los no processo de reconhecimento e preservação do patrimônio arqueológico envolvidos e inseridos seus próprios costumes.

Quem são os maiores beneficiados?

Aqueles inseridos no contexto da arqueologia em área urbana. Os Arqueólogos que puderam constatar um grande achado para a arqueologia do Planalto Central e por outro lado, os mesmos se interessarem em promover trabalhos de Educação Patrimonial e aprender com

isso. Os moradores do Vale dos Sonhos, que a princípio não escolheram se deparar com o choque cultural que o patrimônio arqueológico pode causar, mas que a partir dele poderão ver o mundo por outra lente, possivelmente, uma lente de respeito ao “diferente”, portanto, compreendendo diversidade e pluralidade.

Referências bibliográficas

ATAÍDES, J. M. de; MACHADO, L. A. ; SOUZA, M. A. T. de. **Cuidando do Patrimônio Cultural**. Goiânia: UCG/IGPA. 1997.

BARBOSA, M. O.; MELLO, P. J. C.; VIANA, S. A. **Sítio Arqueológico Vale dos Sonhos: Educação Patrimonial em contexto urbano**. *Habitus*, Goiânia: UCG, v. 2, n. 1, pp. 51-72, jan/jun 2004.

BORGES, C.; DANTAS, C.; LEMOS, E.; “**Projeto de Arqueologia Pública na Escola Municipal Vale dos Sonhos: Prazer em conhecer, compromisso de preservar**”. Goiânia: IGPA/UCG, 2007.

COSTA, D. M. Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir. *Habitus*, Goiânia: UCG, v. 2, n. 2, jul/dez 2004.

FREITAS, C. A. L. L. de. **Vale dos Sonhos: Movimentos Sociais Urbanos e Disputa pelo Espaço em Goiânia**. Dissertação apresentada ao mestrado da Instituição IESA. Goiânia: UFG, 2004.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

MELLO, P. J. C. **Arqueologia e Gestão do Patrimônio**. Disponível em: <www.comciencia.br>. Acesso em 03/03/2008. Atualizado em 10/09/2003.

OLIVEIRA, C. **Sítio Arqueológico: pesquisadores da UCG estudam peças achadas na capital**. O Popular, Goiânia, 28 de ago. de 2006. Disponível em: www.flashucg.br. Acesso em 03 de mar. de 2008.

PINHEIRO, V. C. F. **Entre as coisas, as pessoas e as memórias: uma análise da Educação Patrimonial e da compreensão do bem arqueológico no Vale dos Sonhos em Goiânia/GO**. Dissertação apresentada ao mestrado de Gestão do Patrimônio Cultural IGPA/UCG. Goiânia: UCG, 2006.

PIOLLI, A.; DIAS S. **Envolver a comunidade ajuda a preservar sítios**. <www.comciencia.br>. Acesso em 03/03/2008. Atualizado em 10/09/2003.

SCHMITZ, P. I. et al. **Arqueologia do Centro-sul de Goiás: uma fronteira de horticultores indígenas do Centro do Brasil**. *Pesquisas*, São Leopoldo, 1982. (Série Antropologia 33)



VELOSO, T. P. G.; CAVALCANTI, J. E. A. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira*. São Paulo: SAB. v, 20, p. 155-168, 2007.

VIANA, S. A.; MELLO, P. J. C.; BARBOSA, M. O.; **Projeto de Resgate do Sítio Vale dos Sonhos**. Goiânia/GO: IGPA/UCG, 2001.